

tas condições, tem direito ao uso de bandeira e flâmula e goza das imunidades inerentes aos navios públicos.

Ministério da Marinha, 13 de Janeiro de 1966. — O Ministro da Marinha, *Fernando Quintanilha Mendonça Dias*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna

Portaria n.º 21 787

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, abonar durante o ano de 1966 às embaixadas e legação de Portugal abaixo designadas as quantias mensais que se indicam, a fim de poderem ocorrer a despesas com o custeio das casas que são propriedade do Estado:

Embaixadas:

	Escudos
Banguecoque	2 150\$00
Bona	5 000\$00
Berna	5 700\$00
Buenos Aires	1 900\$00
Caracas	4 400\$00
Copenhaga	4 200\$00
Haia	4 650\$00
Karachi	2 350\$00
Léopoldville	2 850\$00
Londres	14 250\$00
Madrid	13 000\$00
Oslo	5 000\$00
Otava	3 850\$00
Paris	15 000\$00
Pretória	4 750\$00
Rio de Janeiro	9 500\$00
Vaticano	10 500\$00
Washington	14 250\$00

Legação:

Jacatra	950\$00
-------------------	---------

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 13 de Janeiro de 1966. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira*.

(Não carece de visto ou de anotação do Tribunal de Contas).

Portaria n.º 21 788

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, abonar durante o ano de 1966 aos consulados de Portugal abaixo designados as quantias mensais que se indicam, a fim de poderem ocorrer a despesas com material e expediente:

Consulados-Gerais:

	Escudos
Elisabethville	3 000\$00
Hamburgo	5 700\$00
Joanesburgo	4 500\$00
Londres	7 250\$00
Nova Iorque	5 300\$00
Paris	11 000\$00
Rio de Janeiro	6 100\$00
Salisbúria	5 000\$00
S. Paulo	5 600\$00

Consulados de 1.ª classe:

	Escudos
Antuérpia	5 600\$00
Caracas	5 600\$00
Hong-Kong	2 900\$00
Madrid	2 500\$00
Roterdão	3 000\$00
S. Francisco da Califórnia	4 700\$00
Sydney	1 650\$00
Zurique	1 900\$00

Consulados de 2.ª classe:

	Escudos
Baía	1 300\$00
Barcelona	1 600\$00
Bordéus	4 000\$00
Boston	3 600\$00
Cabo da Boa Esperança	2 000\$00
Génova	2 500\$00
Liverpul	3 000\$00
Luxemburgo	1 200\$00
Lião	4 500\$00
Manaus	1 300\$00
Marselha	3 500\$00
Montreal	3 700\$00
Pará	1 200\$00
Pernambuco	1 300\$00
Santos	2 400\$00
Vigo	1 500\$00

Consulados de 3.ª classe:

	Escudos
Adem	1 400\$00
Baçorá	1 300\$00
Belo Horizonte	1 100\$00
Brema	2 600\$00
Cantão	500\$00
Cardife	1 250\$00
Durban	1 150\$00
Havre	1 750\$00
Mbabane	2 000\$00
Porto Alegre	1 350\$00
Singapura	1 400\$00
Tânger	2 100\$00
Toronto	2 800\$00
Vancouver	3 000\$00
Windhoek	1 500\$00

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 13 de Janeiro de 1966. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira*.

(Não carece de visto ou de anotação do Tribunal de Contas).

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

Portaria n.º 21 789

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, o seguinte:

1.º Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 23 367, de 18 de Dezembro de 1933:

a) Reforçar com a importância de 20 000\$ a verba do capítulo 10.º, artigo 310.º, n.º 2), alínea a) «Encargos gerais — Deslocações de pessoal — Ajudas de custo e subsídios inerentes às deslocações fora da província — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do

orçamento geral da província da Guiné para 1965, tomando como contrapartida igual importância a sair das disponibilidades existentes na verba do capítulo 9.º, artigo 289.º, n.º 1), alínea a) «Serviços de marinha — Despesas com o pessoal — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei — Vencimentos», da referida tabela de despesa;

b) Reforçar com a importância de 150 000\$ a verba do capítulo 10.º, artigo 310.º, n.º 4), alínea b), 1.º «Encargos gerais — Deslocações do pessoal — Passagens de ou para o exterior — Por quaisquer outros motivos — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral da província da Guiné para 1965, tomando como contrapartida igual importância a sair das disponibilidades existentes na verba do capítulo 4.º, artigo 38.º, n.º 1), alínea a) «Administração geral e fiscalização — Serviços de administração civil — Despesas com o pessoal — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei — Vencimentos», da referida tabela de despesa;

c) Reforçar com a importância de 150 000\$ a verba do capítulo 10.º, artigo 305.º, n.º 4), alínea b), 1.º «Encargos gerais — Deslocações do pessoal — Passagens de ou para o exterior — Por quaisquer outros motivos — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral da província de S. Tomé e Príncipe para 1965, tomando como contrapartida igual importância a sair das disponibilidades existentes na verba do capítulo 4.º, artigo 64.º, n.º 1) «Administração geral e fiscalização — Serviços de educação — Despesas com o pessoal — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei — Vencimentos», da referida tabela de despesa.

2.º Nos termos do § único do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 23 367, de 18 de Dezembro de 1933, conjugado com o artigo 13.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho

de 1946, e alínea e) do artigo 3.º deste diploma, com a nova redacção dada pelo artigo 4.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, abrir um crédito especial de 15 000\$ destinado a reforçar a verba do capítulo 10.º, artigo 279.º, n.º 4), alínea a) «Encargos gerais — Deslocações do pessoal — Passagens de ou para o exterior — Por motivo de licença graciosa — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral da província de Cabo Verde para 1965, tomando como contrapartida o excesso de cobrança sobre a previsão da receita do capítulo 1.º, artigo 1.º «Impostos directos gerais — Contribuição industrial», do orçamento da receita para aquele ano.

3.º Nos termos do artigo 13.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, conjugado com o artigo 5.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, abrir um crédito especial de 68 680\$ destinado a reforçar a verba do capítulo 12.º, artigo 1675.º, n.º 5), alínea e) «Despesa extraordinária — Outras despesas extraordinárias — Diversos — Para pagamento aos grémios de pesca do valor dos bens de assistência sanitária que transitam para o Estado», da tabela de despesa extraordinária do orçamento geral da província de Angola para 1965, tomando como contrapartida igual importância a sair das disponibilidades existentes na verba do capítulo 5.º, artigo 858.º, n.º 1) «Serviços de Fazenda — Serviços das alfândegas — Despesas com o pessoal — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei — Vencimentos», da tabela de despesa ordinária do referido orçamento.

Ministério do Ultramar, 13 de Janeiro de 1966. — Pelo Ministro do Ultramar, José Coelho de Almeida Cota, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Para ser publicada no *Boletim Oficial de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Angola.* —
J. Cota.